



CÂMARA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

**AO EXCELENTÍSSIMO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO,
ESTADO DO PARANÁ, VEREADOR PAULO CESAR PANSERA**

REQUERIMENTO Nº 03, DE 30 DE JANEIRO DE 2026

O vereador RUDINEI ANTÔNIO KLEIN, que subscreve o presente requerimento nos termos regimentais aplicáveis e após consulta ao plenário, REQUER a Vossa Excelência que, uma vez aprovado, seja este encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Volmar Duarte, para que submetido à análise técnica e jurídica dos órgãos competentes do Poder Executivo e, posteriormente, enviado para apreciação desta Câmara Municipal, o Projeto de Lei anexo, que institui o Programa AGRONOTA Sustentável no âmbito do Município de Salgado Filho

A presente proposição legislativa fundamenta-se na imperiosa necessidade de modernizar e fortalecer a base econômica e ambiental do nosso Município, que possui na atividade agropecuária o seu principal pilar de sustentação e desenvolvimento social. O Programa AGRONOTA Sustentável surge como uma resposta estratégica e inovadora aos desafios contemporâneos enfrentados pelos produtores rurais, buscando harmonizar o crescimento da arrecadação pública com a preservação ambiental e o suporte tecnológico ao homem do campo. A justificativa para a implementação desta política pública estrutura-se em três eixos fundamentais que demonstram a viabilidade e a relevância da medida para o interesse público local.

No que tange ao aspecto fiscal e econômico, o programa visa incentivar de forma direta a emissão de Notas Fiscais de Produtor Rural em todas as transações





CÂMARA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

comerciais realizadas no território municipal. É de conhecimento técnico que o repasse da cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para os municípios é diretamente influenciado pelo Valor Adicionado Fiscal (VAF), que representa a movimentação econômica gerada no setor produtivo. Ao oferecer um incentivo real ao produtor na forma de crédito para insumos, o Poder Público Municipal estimula a formalização e o registro correto da produção, o que resultará, inevitavelmente, em uma elevação substancial do VAF de Salgado Filho nos exercícios subsequentes, garantindo maior volume de recursos para investimentos em saúde, educação e infraestrutura urbana e rural. O crédito devolvido ao produtor não deve ser visto como renúncia ou gasto, mas sim como um investimento de alta rentabilidade para o Tesouro Municipal, que colherá os frutos de uma base tributária mais robusta e transparente.

Sob a ótica ambiental e da sustentabilidade, o projeto apresenta um diferencial inovador ao condicionar o uso do benefício à aquisição de fertilizantes de origem sustentável e bioinsumos, tais como fertilizantes organominerais e produtos derivados do processamento de dejetos agropecuários. Esta medida alinha a política fiscal municipal ao projeto pioneiro desenvolvido pela Coopenad, promovendo a economia circular dentro das nossas fronteiras. Atualmente, a gestão de dejetos da suinocultura e da bovinocultura representa um desafio ambiental crítico; ao fomentar o mercado de biofertilizantes e digestatos, o Município incentiva o tratamento adequado desses resíduos, transformando o que antes era um passivo ambiental em um ativo econômico de alta produtividade. A substituição progressiva do uso de insumos químicos brutos por fertilizantes sustentáveis contribui diretamente para a mitigação da emissão de gases de efeito estufa, a proteção dos recursos hídricos e a manutenção da fertilidade do solo salgadense, garantindo a viabilidade da agricultura para as futuras gerações.





CÂMARA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

Ademais, no campo da logística e do fomento ao comércio local, a minuta anexa estabelece critérios rigorosos para o credenciamento de fornecedores, exigindo a manutenção de pontos de distribuição ou armazenamento dentro do território municipal ou em sua vizinhança imediata. A referida exigência garante que o recurso circulante do programa permaneça no Município, gerando empregos diretos e indiretos e fortalecendo o setor de serviços e comércio agropecuário de Salgado Filho.

A previsão de mecanismos de monitoramento de preços e o controle rigoroso contra fraudes asseguram que o benefício chegue efetivamente ao produtor sem distorções de mercado, garantindo a transparência e a moralidade no uso dos recursos públicos. Diante da relevância da matéria e do potencial transformador desta iniciativa, submeto o presente Requerimento à elevada consideração de Vossa Excelência, convicto de que o Poder Executivo reconhecerá a oportunidade de liderar este processo de modernização do nosso setor produtivo.

Nestes termos pede e espera aprovação.

Sala de Sessões da Câmara Municipal, 30 de janeiro de 2025.

RUDINEI ANTÔNIO KLEIN
VEREADOR





CÂMARA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

COLOCADO EM VOTAÇÃO O PRESENTE REQUERIMENTO NA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA
10 / 02 / 2026 NOS TERMOS DO ARTIGO 121 DO REGIMENTO INTERNO, O
PRESIDENTE PROCLAMA O SEGUINTE RESULTADO:



APROVADO



REPROVADO

Paulo C. Pansera

Paulo Cesar Pansera
Presidente da Câmara Municipal
Salgado Filho/PR





CÂMARA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

ANEXO AO REQUERIMENTO MINUTA DE PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº [] DE 2026

Dispõe sobre a criação do Programa AGRONOTA Sustentável e estabelece critérios para o fomento da emissão de notas fiscais e a aquisição de fertilizantes de origem sustentável no Município de Salgado Filho, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, ESTADO DO PARANÁ, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

TÍTULO I DO PROGRAMA AGRONOTA SUSTENTÁVEL

Art. 1º. Fica instituído o **Programa AGRONOTA Sustentável**, no âmbito do Município de Salgado Filho, com o objetivo primordial de incentivar a emissão de Notas Fiscais pelos produtores rurais e promover o investimento em sustentabilidade agrícola por meio do fomento à aquisição de fertilizantes, biofertilizantes e bioinsumos de origem sustentável.

Art. 2º. O Programa consistirá na concessão de crédito para a aquisição de insumos agrícolas específicos aos produtores rurais que cumprirem as exigências estabelecidas nesta Lei, em montante proporcional ao Valor Adicionado Fiscal (VAF) gerado por suas operações rurais, o qual compõe a base de cálculo para a cota-parte do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) repassada ao Município.

TÍTULO II DO CRÉDITO E SEU CÁLCULO

Art. 3º. O benefício será concedido anualmente ao produtor rural, sob a forma de crédito não-sacável em pecúnia, destinado exclusivamente para uso no sistema de vouchers ou vales eletrônicos para a aquisição dos produtos descritos no Artigo 5º desta Lei.

§ 1º. A base de cálculo do crédito e a fórmula específica para sua apuração serão definidas por meio de Decreto do Poder Executivo Municipal, respeitando-se rigorosamente a capacidade orçamentária e financeira do Município, devendo o cálculo incidir sobre a parcela da cota-parte do ICMS que retorna ao Município em função direta das operações documentadas pelo produtor interessado.





CÂMARA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

§ 2º. O valor total do crédito anual não excederá o percentual a ser fixado por Decreto Regulamentar, ficando limitado ao teto de 30% (trinta por cento) do imposto efetivamente adicionado ao Município em decorrência da emissão das Notas Fiscais de Produtor Rural no exercício financeiro imediatamente anterior.

Art. 4º. O cálculo dos valores a serem creditados a cada beneficiário será realizado pela Secretaria Municipal de Finanças, ou setor administrativo equivalente, com base nos dados oficiais do Valor Adicionado Fiscal (VAF) apurados anualmente pela Receita Estadual e informados ao Município.

TÍTULO III

DA DESTINAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO

Art. 5º. O crédito concedido no âmbito do Programa AGRONOTA Sustentável deverá ser utilizado obrigatoriamente e exclusivamente para a aquisição dos seguintes insumos agrícolas, voltados à sustentabilidade produtiva:

I – Fertilizantes Organominerais;

II – Fertilizantes Orgânicos Farelados ou Granulados;

III – Biofertilizantes e Bioinsumos em geral, com especial prioridade para aqueles produzidos a partir do processamento de digestato oriundo de plantas de biogás ou tratamento de dejetos animais localizados na região.

Art. 6º. A operacionalização da concessão e utilização dos créditos dar-se-á mediante sistema de Credenciamento de Fornecedores, garantindo-se a livre concorrência entre as empresas e cooperativas que comercializem os produtos listados no artigo anterior e que atendam aos requisitos desta Lei.

§ 1º. O Credenciamento de Fornecedores será realizado por meio de Chamamento Público, conforme regulamento específico a ser editado pelo Poder Executivo Municipal, observando-se os princípios da publicidade, impessoalidade e eficiência.

§ 2º. Como condição indispensável de habilitação e para assegurar a viabilidade logística do programa, a empresa ou cooperativa interessada no credenciamento deverá comprovar a disponibilidade de um ponto de retirada, armazenamento ou distribuição dos insumos dentro do território do Município de Salgado Filho, localizado em seu perímetro urbano ou a uma distância máxima de 5 (cinco) quilômetros de seu limite territorial.

§ 3º. É condição essencial para a manutenção do credenciamento que o preço praticado





CÂMARA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

para os beneficiários do Programa não exceda o preço médio de mercado ou o preço cobrado a clientes não-beneficiários em condições similares de volume e prazo, ficando o Poder Executivo autorizado a regulamentar um sistema de monitoramento de preços para evitar distorções.

§ 4º. O pagamento aos fornecedores credenciados será efetuado pelo Município de Salgado Filho mediante a apresentação de vales, cupons ou vouchers eletrônicos, devidamente acompanhados da respectiva nota fiscal de venda do insumo ao produtor beneficiário.

§ 5º. O crédito concedido é nominal e intransferível, sendo vedada sua comercialização ou troca por dinheiro. Qualquer tentativa de fraude, desvio de finalidade ou simulação de operação resultará na exclusão imediata do produtor e do fornecedor do Programa, sem prejuízo da aplicação de multas e das penalidades legais cabíveis no âmbito administrativo, cível e criminal.

Art. 7º. O crédito disponibilizado terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua efetiva disponibilização ao produtor no sistema municipal.

§ 1º. O produtor rural poderá acumular o saldo de crédito não utilizado por até, no máximo, 24 (vinte e quatro) meses, findo o qual o valor remanescente será automaticamente revertido ao Tesouro Municipal, extinguindo-se o direito de uso.

§ 2º. O regulamento do programa poderá permitir que produtores rurais pertencentes à mesma Unidade Familiar, desde que devidamente comprovado por documentação oficial e inscrição estadual vinculada, possam somar seus créditos para a aquisição conjunta dos insumos, visando ganho de escala.

TÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, devidamente alocada no orçamento anual do Município, em rubrica específica vinculada à Secretaria Municipal de Agricultura ou de Finanças.

Parágrafo único. O pagamento aos fornecedores credenciados estará estritamente limitado ao saldo da dotação orçamentária anual do Programa, devendo eventuais pagamentos que excedam o limite orçamentário ser adiados para o exercício subsequente, respeitando-se rigorosamente a ordem cronológica de resgate dos vouchers.

Art. 9º. Para usufruir dos benefícios do Programa AGRONOTA Sustentável, os





CÂMARA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

produtores rurais interessados deverão realizar inscrição anual no Cadastro Municipal de Produtores Beneficiários (CMPB), a ser mantido e gerido pela Secretaria Municipal de Agricultura.

§ 1º. A inscrição no CMPB é condição obrigatória para a apuração do crédito e será formalizada mediante a assinatura de um Termo de Adesão e Compromisso, no qual o produtor declarará pleno conhecimento das regras do programa, especialmente quanto às restrições de uso do crédito e às sanções em caso de irregularidades.

§ 2º. O modelo do Termo de Adesão e Compromisso, bem como a documentação necessária para o cadastro, serão definidos por Decreto regulamentar.

Art. 10. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias contados de sua publicação, estabelecendo os procedimentos operacionais para o cálculo do VAF, as normas para o chamamento público de fornecedores e as ferramentas de fiscalização.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salgado Filho, XX de XXXXXXXX de 2026.

Volmar Duarte
Prefeito Municipal

